



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0012574-26.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Carlos Alexandre Martins Doro**

VISTOS.

CARLOS ALEXANDRE MARTINS DORO, qualificado a fls.91, com foto a fls.9, foi denunciado como incurso no art.168, "caput", do Código Penal, porque entre setembro de 2010 e 24 de março de 2011, em horários indeterminados, na Rua Donado Petrine, bairro Antenor Garcia, em São Carlos, apropriou-se de uma mesa de bilhar de propriedade da empresa "Pilhares Pulica", de que tinha posse, no valor de R\$400,00 (contrato a fls.5).

Apurou-se que o denunciado, após locar a mesa e obter a posse dela de boa-fé, apropriou-se do bem e desapareceu.

Recebida a denúncia (fls.128), sobrevieram citação e resposta escrita, sem absolvição sumária (fls.143).

Durante a instrução, a vítima e uma testemunha de acusação prestaram depoimentos (fls.160). Por fim, o réu foi interrogado (fls.182).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nas alegações finais o Ministério Público pediu a procedência da ação, com pena-base no mínimo legal e fixação do regime inicial semiaberto tendo em vista a reincidência (fls.191); a defesa pediu a absolvição do réu e, em caso de condenação, pena mínima e regime inicial aberto.

É o relatório

**D E C I D O**

Toda a prova foi colhida por precatória, em mídia.

Reginaldo (fls.160), funcionário da empresa vítima, levou a mesa até o bar do denunciado e ali a deixou .

Voltou ao local, depois de trinta dias, e encontrou bar fechado, inexistindo ali o antigo comércio do réu. Esclareceu que a mesa de bilhar fora deixada mediante contrato de participação nos lucros obtidos com seu uso e, embora conseguisse contato telefônico com o réu alguns meses depois, não conseguiu a devolução do bem.

Wesley (fls.160), proprietário da empresa dona do bem, esclareceu que o contrato previa a divisão dos lucros, meio a meio, com a cessão, a título precário, do uso da mesa de bilhar ao réu; afirmou que o bem fora, nessa condição, entregue ao réu, que mudou-se e o levou consigo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O bem não foi recuperado.

O réu (fls.160) disse que ficou com a mesa por três meses e depois a entregou, por engano, a outra empresa; afirmou ter feito acordo para pagamento, assinando promissórias e parcelando a dívida, - pagando algumas parcelas -, que não quitou em razão da prisão.

O documento de fls.5 comprova a natureza do contrato feito com o réu, de locação, inexistindo dúvida sobre tal fato.

Não é possível acolher o argumento de que o réu não agiu com o dolo da apropriação, pois quem aluga objeto sabe que não pode dispor dele; tampouco há prova de que o denunciado entregou, por engano, o bem a terceiro, a fim de excluir o elemento subjetivo do tipo.

Nessas condições, a palavra do denunciado está isolada no conjunto das provas, que aponta, com suficiente segurança, a conduta de apropriação do bem que havia locado da vítima. Destaca-se que nenhuma prova há de que houve pagamento do prejuízo, ainda que parcial: nenhuma nota promissória representativa desta negociação há nos autos, estando, também aqui, sozinha a palavra do réu.

A condenação é, pois, de rigor.

O réu é reincidente (fls.191) não específico e possui, também condenação provisória por tráfico de entorpecentes (fls.125).

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Carlos Alexandre Martins Doro como incurso no art.168, "caput", c.c.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

art.61, I, do Código Penal.

Passo a dosar a pena.

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

Pela reincidência, elevo a sanção em 1/6, perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa, no mínimo legal.

Também pela reincidência, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, nos termos do art.33, e parágrafos, do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações.

Possuindo uma condenação anterior por roubo, pela qual é reincidente (fls.191) e outra provisória, por tráfico (fls.125), - pela qual está preso -, por fato praticado posteriormente ao aqui analisado, o réu não demonstra conduta social que indique a suficiência da substituição da pena corporal por restritiva de direitos, nos termos do art.44, II e III, c.c. §3º, do CP, posto que a substituição, nesse caso, não é proporcional, adequada e socialmente recomendável.

Tendo respondido ao processo em liberdade, nessa condição poderá recorrer.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Após o trânsito em julgado será expedido mandado de prisão.

Sem custas, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

P.R.I.C.

São Carlos, 07 de dezembro de 2015

André Luiz de Macedo  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**